**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

**DIRETORIA DE POLÍTICAS DE ENSINO E INCLUSÃO**

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO**

COMUNICADO PROEN

DOCENTES QUE NÃO POSSUEM LICENCIATURA E FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E ATUAM EM EPT

Queremos comunicar as iniciativas e possibilidades institucionais no que se refere à formação para a docência em EPT.

Por isto, trazemos o recorte da legislação e as ações que estendemos para os docentes do IFC.

Inicialmente, observe a Resolução CNE/CEB nº 6 de 20/09/2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Nos termos do Art. 40, quanto à formação para atuação docente na EPT, assim estabelece:

*Artigo 40 A formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação.*

*§ 1º* ***Os sistemas de ensino devem viabilizar a formação*** *a que se refere o caput deste artigo, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério da Educação e instituições de Educação Superior.*

*§ 2º* ***Aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados em concurso público, é assegurado o direito de participar ou ter reconhecidos seus saberes profissionais em processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente, podendo ser considerado equivalente às licenciaturas:***

1. - **excepcionalmente, na forma de pós-graduação lato sensu**, de caráter pedagógico, sendo o trabalho de conclusão de curso, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente;
2. - **excepcionalmente, na forma de reconhecimento total ou parcial dos saberes profissionais de docentes**, com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício como professores da Educação Profissional, no âmbito da Rede CERTIFIC;
3. - na forma de uma **segunda licenciatura**, diversa da sua graduação original, a qual o habilitará ao exercício docente.

§ 3º **O prazo para o cumprimento da excepcionalidade** prevista nos incisos I e II do § 2º deste artigo para a formação pedagógica dos docentes em efetivo exercício da profissão, **encerrar-se-á no ano de 2020**.

§ 4º A formação inicial não esgota as possibilidades de qualificação profissional e desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada de professores.

Ainda, a Resolução CNE/CP no 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores, dispõe sobre a segunda licenciatura, em seu artigo 15, nos seguintes termos:

Art. 15. Os cursos de **segunda licenciatura** terão carga horária mínima variável de 800 (oitocentas) a 1.200 (mil e duzentas) horas, dependendo da equivalência entre a formação original e a nova licenciatura.

[...]

Esta mesma resolução prevê no artigo 14 a formação pedagógica para graduados não licenciados, de caráter emergencial e provisório, como segue:

Art. 14. Os cursos de **formação pedagógica** para graduados não licenciados, **de caráter emergencial e provisório**, ofertados a portadores de diplomas de curso superior formados em cursos relacionados à habilitação pretendida com sólida base de conhecimentos na área estudada, devem ter carga horária mínima variável de 1.000 (mil) a 1.400 (mil e quatrocentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, dependendo da equivalência entre o curso de origem e a formação pedagógica pretendida.

[...]

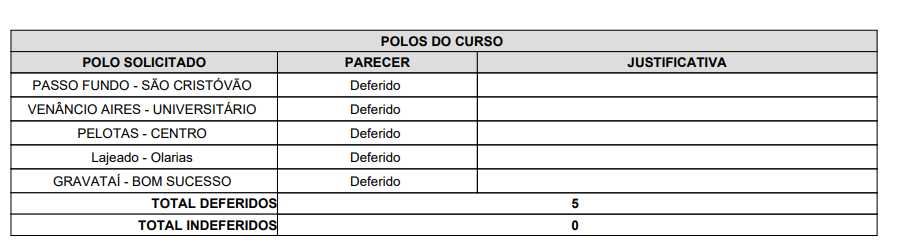
Neste sentindo, para fins de atendimento à Resolução CNE/CEB no 6/2012, considerando a Resolução CNE/CP no 2/2015, o Instituto Federal Sul-Rio-grandense informa as seguintes ações institucionais:

***1ª – Pós-Graduação lato sensu em Educação Profissional e Tecnológica***

Oferta de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Profissional e Tecnológica na modalidade EaD, destinada aos docentes graduados não licenciados:

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) será apreciado pela Câmara de Ensino nos dias 15 e 16 de abril de 2019 e pelo CODIR dia 16 de abril de 2019. Após apreciação será submetido ao CONSUP para aprovação do PPC. A Pró-reitoria de Ensino está fazendo um levantamento com os Diretores de Ensino e com os chefes de departamento de ensino, pesquisa e extensão para quantificar o número de docentes que atuam na educação profissional técnica de nível médio técnico.

* A primeira turma contará com 200 vagas com a possibilidade de encerrar até o ano de 2020;
* 55% para candidatos que possuam vínculo empregatício com a rede federal;
* 30% para candidatos que possuam vínculo empregatício com a rede estadual;
* 10% para candidatos que possuam vínculo empregatício com a rede municipal;
* 5% para candidatos que possuam vínculo empregatício com a rede privada.



Caso o quantitativo de candidatos aprovados em um segmento não preencha o número de vagas disponibilizadas para esta parcela, as vagas remanescentes serão incorporadas a outro segmento, até se atingir o preenchimento completo das turmas.

* As inscrições iniciarão em meados de julho de 2019;
* Os critérios para participação e a classificação estarão descritos no Edital nº 0xx/2019.

***2ª – Validação, quanto ao atendimento da legislação vigente, de curso realizado pelo docente:* a)** Pós-graduação *lato sensu*, nos termos da Res. 6/2012, item I, § 2º, Art. 40;

1. Segunda Licenciatura nos termos da Res. 6/2012, item III, § 2º, Art. 40 e da Res. 2/2015, Art. 15;
2. Formação Pedagógica para graduados não licenciados nos termos da Res. 2/2015, Art. 14.

Para esta segunda ação, o servidor docente deverá preencher o formulário constante no Manual do servidor e anexar o Certificado/Diploma e Histórico Escolar do respectivo curso (segunda licenciatura, formação pedagógica ou pós-graduação *lato sensu*). [xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx](http://manualdoservidor.ifc.edu.br/validacao-formacao-pedagogica/)

Os documentos serão analisados por comissão constituída para este fim, e será composta por um representante da PROGEP, dois representantes da PROPESP, dois representantes da PROEN e dois representantes da CPPD Institucional. O pedido estará disponível para encaminhamento dos processos no período de XXXXXXXXXXXXXX. Novos períodos para validação serão abertos posteriormente.

Com relação ao reconhecimento total ou parcial dos saberes profissionais de docentes, com mais de 10 (dez) anos de efetivo exercício como professores da Educação Profissional, ratificamos que o mesmo deve se dar no âmbito da Rede Certific.

Para efetivar a oferta de certificações por meio da Rede Certific é necessário considerar o Documento Orientador de Reestruturação da Rede CERTIFIC ([http://portal.mec.gov.br/index.php? option=com\_docman&view=download&alias=27401-setec-rede-certific-documento-orientadorpdf&category\_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192)](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27401-setec-rede-certific-documento-orientador-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192), e atender os requisitos citados abaixo:

* + Portaria Interministerial MEC/MTE nº 5, de 25 de abril de 2014, que dispõe sobre a reorganização da Rede Nacional de Certificação Profissional – CERTIFIC:

Art. 21. - São requisitos obrigatórios da unidade certificadora credenciada junto à Rede CERTIFIC para oferta de cada perfil de certificação profissional:

* + 1. - aprovar o projeto pedagógico de certificação profissional do perfil a ser certificado;
    2. - aprovar a autorização para oferta do perfil a ser certificado; e
    3. - submeter, por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional eTecnológica - SISTEC, o termo de autorização para oferta e o projeto pedagógico de certificação profissional.

Art. 22. São requisitos para a aprovação de projeto pedagógico de certificação profissional, para cada perfil a ser certificado:

[...]

* + 1. - reconhecimento pelo MEC de curso de licenciatura, com conceito igual ou superior atrês, ou oferta regular, nos últimos três anos, de curso ou programa de pós-graduação na área de formação pedagógica ou de educação profissional, para certificação docente da educação profissional;
    2. – disponibilidade de infraestrutura física e tecnológica, de acordo com os requisitosmínimos constantes nos catálogos nacionais de cursos de educação profissional e tecnológica, ou equivalente, ou nas diretrizes curriculares para a formação de professores da educação profissional, conforme a modalidade de certificação profissional;

[…]

* + Portaria SETEC/MEC n° 8, de 02 de maio de 2014, que regulamenta o desenvolvimento de processos de certificação profissional no âmbito da Rede Nacional de Certificação Profissional – Rede Certific:

Art. 4º – Constituem etapas preparatórias para a oferta de processo de certificação profissional em cada unidade de ensino certificadora:

[…]

* + 1. Elaboração e aprovação de regulamentação interna de certificação profissional;
    2. o credenciamento junto à Rede Certific;
    3. a elaboração e aprovação do projeto pedagógico de certificação profissional e autorização para oferta;
    4. formação da equipe multiprofissional avaliadora;

[...]

O IFSUL AINDA não encaminhou proposta de regulamentação interna da certificação profissional. Tratativas para verificar os trâmites para adesão à Rede Certific estão em andamento por outros IFs, no entanto ainda sem retorno da SETEC/MEC.

Ressaltamos, ainda que o processo de reconhecimento de saberes é complexo passando por diversas etapas – acolhimento/avaliação/encaminhamento/certificação –, que devem estar previstas no Projeto Pedagógico de Certificação, vinculado, por sua vez, ao curso de Licenciatura em Educação Profissional para o encaminhamento daqueles que tiverem saberes não reconhecidos na etapa de avaliação.

Neste sentido, a oferta do inciso II, § 2º, Art. 40 depende ainda de credenciamento na Rede

Certific, aprovação da oferta e do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Profissional e da aprovação do Projeto Pedagógico de Certificação – Licenciado em Educação Profissional.

Para finalizar, enfatizamos que em 2020 encerra-se a excepcionalidade prevista na legislação vigente, passando a se exigir a licenciatura como requisito de formação docente para atuação em EPT também para os que estão em efetivo exercício da profissão.

PROEN-PROPESP-PROGEP